



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA**

**MONY TARLER RODRIGUES MACIEL**

**A PRESENÇA DA CULTURA DE MATRIZES AFRICANAS BASEADO NA LEI  
10.639/03 EM LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA.**

**ABAETETUBA-Pará  
2022**

MONY TARLER RODRIGUES MACIEL

**A PRESENÇA DA CULTURA DE MATRIZES AFRICANAS BASEADO NA LEI  
10.639/03 EM LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciatura em Matemática, Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará.  
Orientador: Prof. Dr. Osvaldo dos Santos Barros

ABAETETUBA-Pará

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

R696p Rodrigues Maciel, Mony Tarler.  
A presença da cultura de matrizes africanas baseada na  
lei 10.639/2003 em livros didáticos de matemática. / Mony  
Tarler Rodrigues Maciel. — 2022.  
14 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Osvaldo dos Santos Barros  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Pará, , 3, Abaetetuba, 2022.

1. Livro didático, cultura de matrizes africanas, leis  
da educação . I. Título.

CDD 510.981

---

MONY TARLER RODRIGUES MACIEL

**A PRESENÇA DA CULTURA DE MATRIZES AFRICANAS BASEADO NA LEI  
10.639/2003 EM LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo Prof. Dr. Osvaldo dos Santos Barros, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Matemática da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Campus universitário de Abaetetuba da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de grau de licenciado em Matemática.

Aprovado em: 19/12/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Barros  
Universidade Federal do Pará – Campus Abaetetuba



Prof. Dr. Aubedir Seixas da Costa  
Membro Interna – FACET/CUBT



Profa. Dra. Renata Laurinho da Silva  
Membro Externo – SEMED CAMETA



Profa. Esp. Ana Nayara Campos Barbosa  
Membro Externo – SEMED – Salva Terra

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por permitir que ao longo de minha jornada por esta vida estar conseguindo realizar um sonho, que antes era visto como impossível, de fazer uma graduação, principalmente por ter superado minhas dificuldades que pareciam ser maior que as minha expectativa.

A meu esposo e filhos, por todo apoio e uma série de abdições em meu benefício, para que pudesse realizar este sonho.

A toda comunidade quilombola de Arapapuzinho pelo grande incentivo e por sonhar junto comigo acreditando que posso transformar a vida de muitos adolescentes e jovens através desta profissão.

A Associação dos Remanescente de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) por me oportunizar o ingresso na Universidade Federal do Pará (UFPA) pelo processo seletivo especial (PSE) indígena e quilombola, me dando apoio com documentação do início ao fim, que me permitiu a ganhar bolsa para minha manutenção nesses cinco anos de curso.

A todo o corpo docente que ministraram no curso de matemática 2018 com muita dedicação dando o melhor para o crescimento emocional e profissional de cada discente.

Ao meu orientador professor Dr. Osvaldo dos Santos Barros, pela orientação deste trabalho que foi de suma importância, pois me apontaram caminhos e possibilidades que contribuíram diretamente para a conclusão deste artigo.

A PRESENÇA DA CULTURA DE MATRIZES AFRICANAS  
BASEADO NA LEI 10.639/2003 EM LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA

Autora: Mony Tarler Rodrigues Maciel

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo dos Santos Barros

## RESUMO

Este trabalho trata de um levantamento das leis que orientam e normatizam a difusão de saberes da cultura afro brasileira, que se fazem presentes nos livros didáticos. Nosso objetivo é de identificar os elementos que podem ser trabalhados nas aulas de matemática, tendo como parâmetros a cultura de matriz africana. A metodologia desse estudo é o levantamento bibliográfico e documental, a partir das leis que regem a educação brasileira quanto a produção de livros didáticos. Como resultados, esperamos compreender quais as motivações e os bloqueios de utilização das culturas de matriz africana nos livros didáticos.

Palavras chave: livro didático. Cultura de matriz africana. Leis da educação.

## ABSTRACT

This work deals with a survey of the laws that guide and standardize the dissemination of knowledge of Afro-Brazilian culture, which are present in textbooks. Our objective is to identify the elements that can be worked on in mathematics classes, having as parameters the African matrix culture. The methodology of this study is the bibliographic and documentary survey, based on the laws that govern Brazilian education regarding the production of textbooks. As a result, we hope to understand the motivations and obstacles to the use of African cultures in textbooks.

Keywords: textbook. African matrix culture. Education laws.

## 1 – INTRODUÇÃO

A história ocidental tem um marco divisor que é a invenção da escrita, mais ou menos “por volta de 3500 a.C., quando os sumérios desenvolveram a **escrita cuneiforme** na Mesopotâmia. Os registros cotidianos, econômicos e políticos da época eram feitos na **argila**, com símbolos formados por cones. Nesse mesmo momento, surgem os **hieróglifos** no Egito”<sup>1</sup>. Esses registros históricos podem ser considerados os primeiros livros conhecidos. Em muitos casos os livros eram usados para instruir pessoas que trabalhavam com o processo de quantificação dos recursos, que no Egito eram chamados de escribas.

Na Antiguidade ocidental, os livros eram chamados de papiros e dentre esses documentos um dos mais famosos é o **Papiro de Rhin** o **papiro de Amósis** é um documento egípcio de cerca de 1650 a.C., onde um escriba de nome Amósis detalha a solução de 85 problemas de aritmética, frações, cálculo de áreas, volumes, progressões, repartições proporcionais, regra de três simples, equações lineares, trigonometria básica e geometria. É um dos mais famosos antigos documentos matemáticos que chegaram aos dias de hoje, juntamente com o Papiro de Moscou.

Assim, podemos afirmar que historicamente os livros didáticos serviam para auxiliar na formação, assim como dos registros de comércios e outras atividades. Esses eram os principais instrumentos de disseminação do conteúdo e do método prescrito em uma determinada época. Muito tempo depois, essa ideia de livro didático, surgiu como instrumento para levar conhecimentos à diferentes gerações:

A **história do livro** compreende uma série de inovações realizadas por diversos povos no intuito de gravar o conhecimento e passá-lo de geração em geração. O mundo não seria o mesmo se os povos não pudessem conhecer as ideias de seus antepassados. Um bom exemplo é a filosofia, que até hoje é calcada nas letras escritas por filósofos da antiga Grécia e Alemanha do século XIX e XX. Durante a antiguidade, a primeira forma encontrada para gravar o conhecimento foi escrevendo-o em pedra ou tábuas de argila. Após algum tempo, surgiram os *khartés*, que eram cilindros de folhas de papiro fáceis de transportar. A inovação seguinte foi o pergaminho, que em pouco tempo substituiu o papiro. O pergaminho era feito com peles de animais (ovelha, cordeiro, carneiro, cabra) e nele era possível escrever com maior facilidade. (grifos do autor, ARAÚJO, p. 102, 2015).

O livro didático sempre levantou uma questão sobre quem realmente era seu público alvo: o professor ou o aluno. Segundo Bitencourt (2004),

Desde seu início o livro didático trouxe uma ambigüidade [sic] em relação ao seu público. A figura central era a do professor, porém a partir da segunda metade do século XIX passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material

<sup>1</sup> <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/historia-escrita>

de uso exclusivo deste, para transcrever ou ditar. Observou-se que o livro precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. Esta mudança de perspectiva, passar a ver o aluno como consumidor direto do livro, sinalizou tanto para autores quanto editores, que era necessário modificar o produto para atender novas exigências, transformando e aperfeiçoando sua linguagem. Neste sentido, as ilustrações começaram a se tornar uma necessidade, assim como surgiram novos gêneros didáticos, como os livros de leitura e os livros de lições.

Apesar de todo histórico e adaptações técnicas dos livros didáticos, ainda é comum o uso de metodologias opressoras, promovendo entre os grupos étnicos um sentimento de exclusão. Desde o ano de 1993 que foram impostas exigências para que os livros didáticos fossem revisados e que seu conteúdo, não tivessem ideias que fossem discriminar ou excludentes aos sujeitos. No que se refere ao tema da inclusão de matrizes africanas na educação brasileira, esse movimento opressor é perceptível. Apesar de todo o processo de luta dos movimentos afros, as leis que foram criadas e as articulações políticas, o processo excludente ainda está presente na estrutura dos livros didáticos.

Diante dessa constatação, nota-se que:

Com a intensificação das reivindicações do movimento negro, a avaliação de 1993 passou a considerar a necessidade de estabelecer novos critérios para a formação de livros. Em 1993, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDU) propôs, enfim, que os livros didáticos enfatizassem a história e a luta dos negros na construção do Brasil e eliminassem os estereótipos e discriminações. No entanto o autor conclui que, apesar das pontuais alterações no processo avaliativo, as políticas dos livros didáticos enfatizassem as mesmas e as demandas dos movimentos sociais e interesses dos professores continuam sem respostas (BRASIL. FAE, 1994).

A lei 10.639/03 deixa claro que a inserção da temática africana e afro-brasileira, não deve se dar somente nas aulas de história, mas em todos os componentes curriculares da educação. Afirma ainda que, essa inserção deve acontecer durante todo o ano letivo, e não somente com comemorações feitas pelas escolas em data específica como no dia 20 de novembro. A implementação da lei deve ser contínua e no decorrer do ano inseridas nos planos de estudos.

Nas disciplinas pertencentes às ciências humanas, essa inserção é mais fácil de ocorrer, no entanto, quando se trata de ciências exatas, como é o caso da matemática, aparentemente é mais difícil de trabalhar com tais temáticas e a dificuldade se torna maior ainda devido à falta de apoio pedagógico nos livros didáticos de matemática.

Devido à grande dificuldade da implementação da lei N°10.639/2003, que visa a inclusão da cultura Afro-brasileira dentro do sistema de educação, observa-se a desvalorização do saber cultural dentro de livros didáticos principalmente de matemática. Essa Lei determinou a implantação da História e Cultura Negra no currículo escolar e, conseqüentemente, no Livro Didático, na perspectiva de retificação, valorização e reconhecimento da participação de negras e negros na história brasileira e africana, através da ampliação dos referenciais textuais e iconográficos, e da exigência de uma nova abordagem sócio-histórica e cultural sobre a população negra.

O racismo é um fenômeno discutido por estudiosos, principalmente a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil-CRFB, de 1988, da lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 (LDB/1996), a Lei 10.639/2003, que estabelece a rede de ensino à obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”

Essa é a leitura de Almeida e Sanches (2016) ao destacarem que:

É por isso que a lei 10.639/2003 representa uma conquista da luta das Populações negras por sua efetiva inclusão na instituição escolar, um tensionamento no âmbito curricular e escolar que possibilita a desconstrução de legitimação da discriminação por meio do conhecimento, um discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico como seu contradiscurso (ALMEIDA, 2016, p. 235).

Outras iniciativas compreendidas pelo estado, sob a gestão de grupos pertencentes a um campo democrático popular, no plano educacional são mencionadas por Gomes (2017) como resposta a reivindicações tensionadas pelo movimento negro, sendo elas:

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em 2009, a inserção da questão étnico-racial, entre as outras expressões da diversidade no documento final da Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB) em 2008, e da Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010 e 2014; a inserção mesmo de forma transversal e dispersa, da questão étnico-racial e quilombola nas estratégias do projeto do Plano Nacional de Educação(PNE); A lei Federal 12.228 de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal [...] a sanção [...] da lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre cotas raciais e raciais para ingresso nas universidades federais de ensino técnico de nível médio; a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola [...] pelo Conselho Nacional de Educação(CNE); e a sanção da Lei 12.990 de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimentos de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mistas controladas pela união. (GOMES, 2017, p 37).

A lei 10.639/03 aborda a inserção da cultura e a história afro-brasileira no currículo escolar, porém não contempla a importância dos costumes, crenças, lutas, conquistas de um povo que tem uma história cultural.

## 1. O QUE DIZ A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) EM RELAÇÃO AOS LIVROS DIDÁTICOS E INCLUSÃO DA TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA.

Não se tem como falar de livros didáticos sem mencionar a BNCC, pois essa Lei é de fundamental importância para orientar diretrizes pedagógicas que valorizam o saber e a cultura, ou seja, ela tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que define um conjunto de aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver durante a Educação Básica, independentemente da região onde moram. Tendo como principal objetivo garantir que todos os alunos brasileiros tenham a mesma oportunidade de aprender o que é considerado essencial. O documento é exclusivo à educação escolar e está orientado por princípios que visam uma formação humana integral e uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Além da equiparação das oportunidades de aprendizagem, buscando reduzir as desigualdades históricas estabelecidas, o desenvolvimento de uma base comum curricular visa outros fatores, como assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação básica, orientar a elaboração de um currículo específico de cada escola ou rede escolar, pública ou privada, e instruir as matrizes de referência das avaliações e dos exames externos. Assim, a BNCC (BRASIL, 2017) estabelece um conjunto de conhecimento básico que devem ser assegurados, sem interferir na diversidade cultural e regional e na autonomia dos educadores.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho está pautado na análise de livros didáticos de matemática do ensino fundamental, especificamente do 9º ano, livros estes dos anos de 2016 a 2020, e teve como objeto, pensar, analisar, investigar a presença da cultura de matrizes africanas baseado na lei 10.639/2003 em livros didáticos de matemática.

Para este trabalho partimos de algumas indagações como por exemplo: será que no ensino de matemática existe conteúdo matemático de matrizes africanas dentro dos livros didáticos? ou onde está a lei 10.639/03 dentro desses livros? Se é que realmente está. Ginzburg (2002) vem dizer que “é necessário também ao problematizar e analisar as fontes, buscar o que não foi dito no texto, o que foi silenciado e invisibilizado, visto que o que está fora do texto também está dentro dele, abriga-se entre as suas dobras e, desta forma, é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”.

A metodologia desta análise e pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa, com procedimentos dos estudos bibliográficos e documentais, propondo-se analisar livros didáticos de matemática do 9ºano do ensino fundamental, e falando em pesquisa qualitativa. Duarte (2022) afirma que “uma pesquisa qualitativa assume a forma única e particular ao explorar realidades que mesmo já conhecidas, podem ser analisadas com olhares diferentes, próprios de cada indivíduo”.

Como esta análise e pesquisa se direcionou para estudo bibliográfico, destaca-se que, o momento da captação e organização do trabalho é de fundamental importância, pois nos conduz a tornar as informações compreensíveis e assim possíveis de um processo de análise crítica, sempre aportado no referencial teórico adotado e no problema proposto.

Com o propósito de obter o objetivo proposto, o trabalho foi feito em 3 etapas: a primeira foi a análise dos livros didáticos dos anos de 2016-2020, para que pudesse ter uma visão mais ampla sobre a aplicação da lei nesses anos. A segunda etapa se deu na investigação do desenvolvimento da cultura de matrizes africanas dentro desses livros. A terceira etapa, após todo esse processo de levantamentos e análises observar em que termos a cultura pode ser fundamental para o processo de ensino e da aprendizagem dos alunos afrodescendentes.

Como observado os livros didáticos de matemática que são distribuídos para as escolas públicas estaduais (no caso do 9ºano) contribui em uma porção não muito significativa para a implementação da lei 10.639/2003. Os livros disponibilizados contam com o guia do professor que é o espelho do livro do aluno.

O livro do professor contendo subsídios e orientações para uso dos objetos educacionais e orientações para o uso do conteúdo do livro no geral, apresentando também orientações específicas para o trato do conteúdo indígena brasileiro, africano e afro-brasileiro. Todos os cinco livros analisados apontam que o material disponibilizado nos livros não é o suficiente para trabalhar as questões afro-brasileiras, assim, por não haver

uma fiscalização da prática da lei nas instituições de ensino, de fato não há nenhum tipo de exigência vindas de órgãos superiores da educação no que se reporta à implementação da lei 10.639/03, ficando a responsabilidade dos supervisores e docentes implementá-la ou não. Ainda nessa perspectiva, Nuñez, Ramalho, Silva e Campos ratificam que: “É tarefa dos professores complementar, adaptar, dar maior sentido aos bons livros recomendados pelo MEC”. (NUÑES; RAMALHO; SILVA; CAMPOS, 2018,p.03).

Em muitos casos como é o do ensino da matemática os saberes afrodescendentes estar restrito somente ao dia da Consciência Negra que é comemorado no mês de novembro. Assim como o folclore, a diversidade étnico-racial aparece na educação hoje somente como uma espécie de atração abordadas em semana específica. Estes temas não aparecem enquanto saberes e enquanto formas de explicação do real; estes temas deveriam estar inseridos nos livros didático como e o caso do de matemática como forma de saber.

Os livros de matemática do 9ºano analisados foram os listados abaixo:

1. Vontade de saber matemática (2016)
2. Araribá mais matemática (2017)
3. Tempo de matemática (2018)
4. Convergência matemática (2019)
5. Matemática essencial (2020)

### 3. O ENSINO DA MATEMATICA PARA ESTUDANTE AFRODESCENDENTE.

Sabemos que a matemática desempenha um papel importante na formação de cidadãos capazes de compreender o mundo em que vivem e de se comunicar em sociedade, pois está relacionada a várias áreas do conhecimento e faz parte do cotidiano das pessoas. Diante dessa constatação, o conhecimento matemático constitui-se uma ferramenta de grande aplicabilidade e deve ser amplamente explorado.

Por se uma ciência que está viva, em constante transformação a matemática para alunos afrodescendentes não pode ser encarada como um conjunto de conhecimentos prontos e acabados, imutáveis ou limitados. É importante que os estudantes a compreendam como um fruto da criação humana ao longo da história e que ele também faz parte dela.

Além disso, o ensino da matemática pode oferecer contribuições significativas para outros aspectos da formação social dos cidadãos, capacitando-os, por exemplo, a debates relacionados a questões ambientais, ao consumo, a ética e ao que está voltado a diversidade étnica e cultural como é o caso da cultura de matrizes africanas, mas para isso é necessário toda uma investigação para que se possa ter mecanismos a serem utilizados nas instituições de ensino básico principalmente , para a aplicação da lei 10.639/03 em uma perspectiva multidisciplinar no currículo de todos os anos que compõem o ensino fundamental e médio .

#### 4-CONCLUSÃO

É notório e indiscutível que os livros didáticos são de fundamental importância para todas as escolas e níveis de escolaridade, pois se trata de um grande suporte para alunos e professores que buscam uma forma mais didática que todos possam ter acesso a uma fonte de pesquisa dentro de sala de aula, porém como pode ser observado há de fato esse suporte, mas, quando se trata desse auxílio para alunos afrodescendentes há uma enorme barreira principalmente para professores que trabalham com este público, pois para que haja essa inclusão da lei 10.639/03 é necessário o conhecimento de toda uma cultura que a maioria da vezes está muito distante do que esses educadores vivem e conhece e também a busca por esse conhecimento pode se tornar um caminho muito distante para quem está fora deste contexto cultural.

A falta dessa inserção também se da ao fato de não está estabelecido a presença africana nos discursos docentes, pois, a maior parte do que se ensina em sala de aula provém do aprendizado na licenciatura, se na licenciatura especificamente história da matemática a África não foi trazida, faz com que os professores não oportunizem esse aprendizado dentro das salas de aula, já que cabe aos docentes complementar nas suas aulas a valorização do saber cultural, pode-se observar que o grande desafio hoje é pensar matemática a partir de África significa pensar que o berço da matemática é o território africano.

Acreditamos que apesar de todas estas mudanças que ocorreram para a inserção da lei 10.639/03 nos livros didáticos ainda há muito o que se pensar, principalmente ao que vem se referir aos materiais didáticos voltados para o ensino da matemática, pois ela por sua universalidade de quantificação e expressão, como linguagem, é a ciência que ocupa uma posição de destaque em nosso cotidiano. E mais, há necessidade de valorização

quanto ao aspecto socio- econômico, político, cultural e o histórico do qual o indivíduo está inserido.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista eletrônica de educação**, v. 10. N.2, p 234-246, 2016. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1459/500>. Acesso em 16 mai.2022.

ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

APPLE, M. Cultura e comércio do livro didático. In: APPLE, M. Trabalho docente e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARAUJO Felipe - Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela UniFIAMFAAM, 2012. **História do livro**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/curiosidades/historia-do-livro/>>. Acessado em 29 de agosto de 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun.2009

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Versão final. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 13 set, 2022.

COUTINHO, A. C. C.P. **Raça, Etnia e a Escola**: Possibilidade de implementação da lei 10.639/03. Disponível  
<http://www.cadernoswadapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/103/60>.  
Acesso em 30/08/2022

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.